

Incentivar poupança é prioridade dos partidos

As propostas eleitorais dos partidos apresentam várias medidas de incentivo à poupança das famílias, seja através de benefícios fiscais, seja através do lançamento de novos produtos. Já para os grandes investidores, não há consenso entre esquerda e direita.



Reuters

03 de outubro de 2019 às 12:00

Esquerda e direita estão de acordo: é preciso dinamizar a poupança das famílias em Portugal. Depois de anos marcados pela quebra da taxa de poupança, que conduziram o índice para mínimos históricos, os principais partidos incluem nos seus programas eleitorais medidas para estimular a poupança. PS, PSD, CDS e PAN propõem benefícios fiscais nos complementos para a reforma. O Bloco de Esquerda (BE)

quer lançar um novo certificado e o PCP mantém-se fiel aos depósitos.

"Estimular a adesão a certificados de reforma e a outras poupanças de natureza idêntica" é uma das medidas propostas pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral. O compromisso surge no âmbito das medidas em resposta ao envelhecimento da população e aos desafios que isto coloca à Segurança Social, tema que tem sido alvo de debate. O PS não concretiza, porém, sobre que medidas irá tomar para impulsionar este investimento.

No caso do PSD, CDS e PAN, a resposta para atrair mais capital para planos poupança-reforma e outros produtos equivalentes são os benefícios fiscais. O partido liderado por Rui Rio e o PAN preveem benefícios em sede de IRS. "Em complemento do limite global à pensão de reforma, importa reforçar os benefícios fiscais dados em sede de IRS a pequenos aforradores na sua aplicação", refere o programa do PAN. Já o CDS vai mais longe. Propõe-se lançar um suplemento para a reforma, um produto para o qual o trabalhador pode descontar de forma voluntária e automática, com acesso a benefícios fiscais.



BiG.

INSCRIÇÃO GRATUITA

SÁBADO
26
OUTUBRO
2019
9h45

CONFERÊNCIA
BIG TRADING DAY

QUERO INVESTIR
EM BOLSA.
E AGORA?

INSCREVA-SE JÁ

PUB

À esquerda, a aposta é em produtos mais conservadores. O BE propõe o lançamento de uma nova série de certificados de aforro e do tesouro, com taxas mais atrativas que os depósitos a prazo. O PCP quer promover a compra de dívida pública com juros mais atrativos, bem como incentivar a aposta em depósitos a prazo.

Incentivos à direita, agravamentos à esquerda

No que toca ao mercado de capitais, não há consenso. À direita, propõem-se incentivos para dinamizar o setor, atrair investidores e diversificar fontes de financiamento. À esquerda, pretende-se a eliminação de benefícios fiscais e a imposição de taxas agravadas.

O PSD propõe "fomentar o desenvolvimento de entidades nacionais de financiamento não bancário e "atrair os fundos de investimento e capitais de risco internacionais, para apoiarem o crescimento e consolidação externa das nossas empresas mais promissoras". Tem também propostas fiscais, com a criação de um regime especial de isenção para cidadãos de países lusófonos que invistam em SGPS e fundos de investimento, "em termos de dividendos, mais-valias, juros, 'royalties' e amortização do goodwill".

Já o CDS propõe criar em Portugal a nova IPO Capital, para atrair start-ups para o mercado, para além de pretender reduzir os custos de entrada no mercado de capitais, dinamizar o "crowdfunding" e criar condições mais favoráveis para fundos fechados cotados em bolsa. No plano fiscal, propõe a isenção de IRS para os valores investidos na bolsa, PPR, capital social de PME ou fundos de manei de empresas (o valor só seria tributado quando regressasse ao agregado).

Também o PS opta pelo incentivo, com a promoção da "diversificação das fontes de financiamento das empresas e abertura do capital, facilitando o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de capitais".

O PCP e o Bloco, por seu lado, querem travar o mercado. Os bloquistas propõem eliminar benefícios fiscais sob a forma de taxas reduzidas para os rendimentos de unidades de participação em fundos ou sociedades de investimento mobiliário, enquanto os comunistas querem uma maior tributação de rendimentos de património mobiliário, imobiliário e de capital. E vão mais longe, propondo a criação de taxas de 50% ou 90%, respetivamente, sobre todas as transferências financeiras ou rendimentos dirigidos para paraísos fiscais, para além de uma taxa de 0,5% sobre todas as transações financeiras e um imposto extraordinário sobre o património de elevado valor, incluindo quotas, ações, títulos, depósitos e outros instrumentos financeiros.

As propostas dos seis maiores partidos incentivo à poupança

O mercado de capitais é um tema que não gera consenso entre os partidos. Enquanto BE e PCP querem travar qualquer tipo de benefício fiscal para fundos de investimento e grandes investidores, PS, PSD e CDS querem dinamizar a abertura de capital através do mercado, seja de ações ou de dívida, de modo a reduzir a dependência das empresas do financiamento bancário.

Medidas fiscais	+
Poupança e investimento	+
Imobiliário	+
Mercado de capitais	+

